



ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, profissões e organizações

A curialização dos guerreiros. A nova civilidade fabril e as categorias do entendimento operário.

MONTEIRO, Bruno

Licenciado em sociologia

Universidade do Porto

bmonteiro@fpce.up.pt

Resumo

Esta comunicação destina-se a explicar os modos como as relações de poder na fábrica se intersectam com a disputa entre diferentes concepções dos usos e representações legítimas dos corpos dos operários. O autor apoia-se numa experiência de 14 semanas a trabalhar numa fábrica de mobiliário para dar conta do corpo: 1. como depositário e activador dos esquemas práticos que constituem a memória oficial, componente integrante de uma economia moral e sensual específica; 2. como eixo de condensação de significados para as práticas e representações operárias, lugar de investimentos e reserva de recursos (físicos e simbólicos); 3. como vector de actualização do «fogo criador» do processo de trabalho.

São evidentes as razões que colocam o corpo dos operários no centro dos processos de exploração e dominação da fábrica. As políticas de produção agem sobre eles: 1. para os disciplinar e converter à lógica proposta pela administração da empresa; 2. para higienizar e racionalizar a sua utilização e apresentação de acordo com os imperativos de maximização económica da empresa. O autor perspectivará o que afirma a partir da implementação do equipamento de segurança.

Palavras-chave: Etnografia; categorias do entendimento operário; corpo; disciplina fabril.





1. Introdução

O presente artigo pretende investigar o processo de introdução de dispositivos de segurança no espaço social da fábrica, especialmente aqueles que dizem respeito às posturas e práticas corporais dos operários. A «economia e a sociedade consideradas como sistemas de forças impessoais» não bastam para caracterizar a «participação no mundo» da fábrica característica de «um «ser que está fixo, situado e investido nesse mundo» (Merleau-Ponty 1945: 505). A experiência operária do chão da fábrica obriga a que se considere também e sobretudo «a sociedade ou a economia tal como eu as levo em mim, tal como eu as vivo – e essa não é por isso uma operação intelectual sem motivo, é a minha maneira de estar no mundo nesse quadro institucional» (Idem: 506). Esta abordagem «opõe-se a todo o corte com as raízes materiais e corporais do mundo, a todo o isolamento e confinamento em si mesmo, a todo o carácter ideal abstracto, a todas as pretensões a uma significação divorciada e independente da terra e do corpo» (Bakhtine 1970: 28). Trata-se de compreender os operários onde e nas formas como adquirem o sentido «corporalmente vivido» da «unidade, do carácter inexaurível da existência» (Idem: 47). Reunidos na fábrica, os homens entram em «contacto material e afectivo» uns com os outros, com os materiais e objectos, com a violência do trabalho, contacto pelo qual uma determinada concepção e organização social do mundo «entra na carne e no sangue do homem» (Idem: 361) mediada pela configuração de relações sociais existente. O corpo humano é o nexa fundamental com o qual a «existência do homem» se pode afirmar «praticamente, sensivelmente intuitivo» e em que assenta a «génese real» da «actividade» e do «espírito» humanos pelos quais ocorre o «processo de surgimento» da realidade social e histórica (Marx 1994: 103).

Durante 14 semanas, a observação participante numa fábrica de mobiliário de Rebordosa, possibilitou que presenciasse quotidianamente o modo como o uso e a resistência ao uso do equipamento de segurança tomavam forma e adquiriam significado nas práticas e nos discursos operários. Sem partilhar da convicção de que esta abordagem assegura uma maior autenticidade dos «dados», fui confrontado com incertezas e beneficieei da proximidade e duração da experiência para recolher material que muito dificilmente acederia ao nível do discurso articulado.

2. As «mãos do artista». Ética prática, cultura somática e capital guerreiro

As «concepções do corpo variam entre e dentro dos ofícios corporais, dependendo do complexo de regras e técnica que os define, as propriedades sociais dos seus praticantes, e ainda a forma de “excelência humana” que eles promulgam» (Wacquant 1998: 330). A intersecção entre instrumentalidade, estética e moralidade nas concepções do, e da relação com o, corpo surge de forma particularmente evidente no âmbito da fábrica. Juntamente ao «curso académico», nomeia-se um «curso na arte». Ele constitui uma «carreira» onde se cruzam um processo de aquisição de disposições apropriadas e a-propositadas e um processo de valorização. «Ganhar calo» e «ganhar corpo» traduzem bem o processo de acumulação característico do ofício. Ao longo da trajectória «como homem e como trabalhador», a fábrica constitui um espaço em que se produzem, investem e acumulam recursos de ordem técnica (a «sabedoria de marcenaria» feita de «segredos», «truques e manhas» e, fundamentalmente, de «gosto»), directamente implantados no corpo do operário. Aí se adquirem princípios de classificações específicos como capacidade a reconhecer e efectuar as exigências imanentes ao quotidiano fabril e a distinguir e apreciar os homens e as coisas (o «verdadeiro marceneiro» é aquele que tem «paixão» pela arte e que está habilitado a reconhecer o «valor» do trabalho, e portanto o que é um «falhanço» e uma «obra de categoria»). É a partir dessa «inclusão material – frequentemente despercebida e denegada – e aquilo que ela implica, quer dizer, a incorporação das estruturas sociais sob a forma de estruturas disposicionais, de possibilidades objectivas sob a forma de esperanças e de antecipações, que eu adquire um conhecimento e uma matriz prática do espaço englobante» (Bourdieu 2003: 189).

A economia da grandeza peculiar ao chão da fábrica traz reciprocamente indexados os índices técnicos, estéticos e éticos dos operários. O corpo, em especial, funciona como referencial comum de um idiolecto



viril e de ofício que restitui, de modo transfigurado, primeiro, a moralidade ocupacional, uma ética prática e activada que circunscreve as virtudes oficinais por via de regras de sentimento partilhadas pelo grupo, profundamente sentidas, viscerais, que definem o «nojo» e a «paixão», as «simpatias» e as «consumições». A fábrica é uma escola de moralidade que infunde valores e virtudes de «homem» e de «artista» («o trabalho nunca fez mal a ninguém», «trabalhar para ser alguém»). A exibição de «paixão pela arte» é a condição e a tradução da « vaidade» e do «orgulho», o «reconhecimento» de fazer «bem feito» e de «não ouvir piçadas». Além disso, é pelo corpo que manifesta a correlação estreita entre aparência e propriedades corporais e a virtuosidade masculina e oficial. Ter «jeito» e «ser jeitoso» designam, precisamente, a posse de destacadas qualidades técnicas e físicas. Ser «marceneiro limpo» é ser capaz de concretizar a integralidade do saber-fazer da «arte» e de apresentar o local de trabalho «limpo» e a «mão singela». As «mãos» são uma metonímia que ilustra e unifica esta tricotomia. As «mãos» são símbolo de «responsabilidade» («isso está de minhas mãos») e de poder («tenho-o nas mãos»); a marca da experiência («ter calo», «ter unhas»). O corpo é portador de uma memória – por isso pode ter-se o corpo «esquecido» (como quando uma trombose inutiliza o uso de um braço).

O heroísmo, na forma de «código moral do herói» (Finley 1988: 108), mais do que uma idiossincrasia pessoal, implica uma tradição e organização social conveniente, uma economia e uma ética particulares. Uma tal «cultura guerreira» organiza-se em torno ao «soberano direito da honra», na ignorância mais ou menos deliberada das consequências dos actos inspirados e destinados a ratificar o valor pessoal e no desprezo da culpa e do cálculo deliberado (Idem: 110). A ética da frontalidade («homem a homem», «frente a frente», «conversar com ele», «a falar é que a gente se entende», «não vou tar a criar problemas, falo com ele [patrão] e pronto»), o ideal espartano («assume-se o que tem que ser», «temos de saber estar», «há que aguentar») e a definição de um limiar de consentimento/afrontamento relativamente às exigências «justas» e «sem jeito» das chefias são componentes dessa lógica de demonstração do «capital guerreiro» (cf. Sauvadet 2006), que na generalidade dos frágeis capitais económicos e culturais detidos pelos operários se apresenta como o recurso definitivo e, apesar de tudo, mais seguro susceptível de ser mobilizado para a afirmação pessoal e colectiva no chão da fábrica («a minha palavra é um selo», «o meu orgulho não o vendo por nada deste mundo», «se quiseres ir lá fora e ver isso [como desafio ao confronto físico]», «cala-te ou fodo-te já as beiças»).

O discurso operário encarrega-se de destacar a centralidade do corpo na economia moral e sensual do chão da fábrica. O trabalho «sai do corpo», obriga a «vender o corpo», conduz a ter o «corpo gasto», «acabado», «partido». O trabalho fabril é «dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos humanos» (Marx 1990: 55) que, na organização da produção capitalista, corresponde a um «estropiamento espiritual e corporal» que «imprime no operário da manufactura um cunho, que o marca a ferro» (Marx 1992: 416, 414). O circuito de produção e conservação do «capital corporal» (cf. Wacquant 1998) no contexto da fábrica desloca um repertório de definições dolorosas: para o corpo «dar rendimento» há que «dobrar a espinha», «foder o cabedal», «andar a arranhar», «rebentar» ou «suar» a trabalhar. Se o homem extrai do trabalho o «comer» e a «força», se «ganha capado» e «mãos de artista»; em troca, «dá à obra o ser», deixando nela o seu «suor». Fala-se em «poupar» o corpo para dar conta do trabalho tácito de preservação do corpo próprio face ao patrão e face à própria ambição – tentação - em ganhar mais. A usura no trabalho assume proporções acrescidas num meio em que o envelhecimento prematuro, os acidentes e as mutilações, as doenças de trabalho imperam. Aqui, o corpo é um capital de risco, diariamente investido, no duplo sentido de engrandecido e arriscado. Capital corporal e trabalho corporal estão unidos por uma relação recursiva e contraditória na fábrica (cf. Wacquant 2002; Marx 1990). Adquirir uma valorização num ofício fundamentalmente corporal, que exige uma participação fisicamente intensa e um saber-fazer complexo, obriga a uma dedicação precoce e prolongada ao trabalho; tal investimento conduz, no entanto, a um desgaste de forças físicas e espirituais.

A experiência fabril não é, bem entendido, a única e exclusiva instância de socialização do grupo operário. Mas constitui uma experiência *crucial* na aquisição das disposições duráveis e transponíveis a fazer, a ver e a ser próprias destes operários. São as «determinações sociais inscritas numa posição determinada do



espaço social [que] tendem a modelar, através da relação com o corpo próprio, as disposições constitutivas da identidade» sexual, geracional ou de classe (Bourdieu 1980: 120). A vivência operária da fábrica, e em particular a confrontação corporal com o ambiente fabril («estar fechado dentro de quatro paredes», «foi difícil ganhar aquele ritmo, sempre certinho») e as relações com os colegas e com os chefes, nomeadamente pela experiência da disciplina hierárquica e das coerções e condicionamentos impostos pelo processo de trabalho («aprender a ser mandado», «ver aquela gente toda de um lado para o outro»), engendram a aquisição de um sentido do tempo e, especialmente, uma visão dos futuros possíveis e legítimos de uma relação com o corpo, conservatório de força e de virtudes, mas igualmente registo em carne viva da violência e da hostilidade do trabalho fabril; de um sentido dos limites e das afinidades electivas nas relações com os outros; e de uma estrutura de sentido e de sentimento particular (Thompson 1985; Bourdieu 2002; Bourdieu 2004).

3. Homens, bestas e máquinas. Colusão e idiomas de exploração corporal

As representações e práticas operárias concretizadas no momento de conferir sentido à presença imediata e física na fábrica oscilam entre o idílico e o martiroológico. As metáforas que se presume cristalizarem a experiência vivida da fábrica surgem condicionadas pelo facto do «corpo social constringer a maneira como o corpo físico é percebido» (Douglas 1982: 65). As condições objectivas da existência operária condicionam não somente a materialidade mas a percepção e apreciação do corpo. A polissemia usada para conceber e designar o corpo no discurso operário traduz quer as diferenças no «modo de presença no mundo» da fábrica, que «define a configuração do que pode ser e do que não pode ser experimentado no seio de uma cultura» (Corbin 1991: 228), quer a fragilidade e precariedade presentes nos processos de julgamentos e métodos de referência ao corpo nos locais de trabalho (cf. Dodier 1986). As imagens do corpo bestializado e do corpo mecanizado constituem eixos de articulação para discursos ambivalentes de acomodação ou de contestação do estatuto do corpo operário no quadro das relações de poder e do processo de trabalho na fábrica.

As pessoas «não são feitas de ferro», são «de carne e osso como eles [os patrões]». «As pessoas, acho que o próprio nome diz tudo, são pessoas não são máquinas». São discursos que ajudam a dinamizar a acção que visa reconquistar a dignidade de «ser gente» que a fábrica parece constantemente ameaçar. O patrão «não dá valor ao empregado», «não quer saber de um homem», se «ele ou a família dele teve algum problema», «quer é que andes para a frente» e «só vê números» ou «resultados ao fim do mês». Os patrões querem «um trabalhador que trabalhe vinte e quatro horas por dia de graça». «Eles [os patrões] pensam que somos máquinas». A resistência à despersonalização e a essa espécie de proxenetismo patronal, em que os patrões são «chulos» e «um gajo vende-se», encontra forma de expressar a indignação e o ressentimento colectivos num «idioma de exploração corporal» (Wacquant 2001: 182). Mesmo que, às vezes, os mesmo motivos se insinuem para fazer a auto-promoção das capacidades pessoais do trabalhador: «sou um computador», «sou uma máquina». «Foder o cabedal», «andar a arranhar», «levar no lombo» ou no «couro» sublinha a dimensão bestializadora do trabalho penoso e do ambiente hostil que reduz os homens a «burros de carga» e a «camelos». A exortação do corpo bestializado salienta, pelo contrário, a valorização da força e de tamanho no capital corporal, como quando se tem «grande cabedal» ou «capado», se é um «cavalo de força» ou um «touro».

Em parte, o que aqui transparece é o antagonismo que revestem as concepções do corpo do trabalhador em movimento perante a irrefutabilidade do facto de «um homem não durar para sempre». O corpo constitui um recurso perecível e limitado, cuja rentabilização dolorosa tem que ser disputada com o patrão («Que se fodam, quando precisavam de um gajo queriam-nos ter sempre disponíveis? Que se fodam!»). «Eles [os patrões] têm de ter respeito. Não é só nós aceitar colaborar e eles tarem sempre a foder-nos. Que eu penso assim: os patrões têm de fazer a vida deles, mas têm de ter olhos na cara e ver como é, o que se merece...» (nota de campo de 29 de Março de 2007) Trata-se de realizar uma economia do corpo, quer porque este é o nexa fundamental no processo de trabalho, quer porque se impõe essa poupança e



conservação que assegura «a maneira mais fácil» de trabalhar. Trata-se de participar de um processo de investimento e de valorização, «ganhar corpo» e «ganhar calo», em que a fábrica transforma a própria materialidade do corpo e o investe com qualidades éticas. Incrementar o volume de capital corporal implica contudo «puxar pelo cabedal». Além das amputações e deformações, o surgimento de veias salientes nos braços e as mãos «grossas» e «calejadas» fornecem o melhor registo da passagem pela fábrica: «mostrame as tuas mãos», «deixa-me ver as mãos», se são de «doutor» ou se estão «rompidas». A sua desvalorização é visível e incontornável («o trabalho sai do corpo», «corpo gasto», «vender o corpo») e a usura do corpo e do espírito revela-se aos operários por intermédio do seu próprio corpo e dos seus semelhantes.

Mas evidencia-se também como o trabalho pode ser um processo «renovador» da integridade moral do indivíduo na forma de «sacrifício profilático» (Turner 1977: 214). A conversão da necessidade em virtude, embora não sendo uma metamorfose isenta de dúvidas, é capaz de agregar o sofrimento, a privação e a subordinação do trabalho fabril à realização de um ideal espartano («o trabalho nunca fez mal a ninguém») ou à confirmação de um imperativo vocacional («nascemos para isto»). Enquanto «vocabulários de motivos» (Gerth e Mills, 1984: 120-135) sancionam e conferem coerência à experiência do trabalho fabril.

Esta dualidade em torno às mesmas figuras da tipologia corporal dos operários «não deve ser visto como uma contradição entre a ilusão dos operários, situada ao nível de suas representações, e a “realidade” em que estão inseridos, mas, ao contrário, como uma contradição entre dois aspectos dessa mesma “realidade”: a realidade das suas representações e a sua própria sustentação nas condições de trabalho» (Lopes 1976: 114). Não são os operários que se iludem ou que são incapazes de consolidar um registo mais adequado do trabalho fabril, «mas é essa própria “realidade” que o ilude, manifestando-se ao operário sob uma forma dissimulada e invertida» ao «propiciar representações espontâneas que a justifiquem»; a realidade desta representação «é tão adequada à realidade das condições de trabalho, que ela serve para esconder o que essas condições de trabalho encerram» (Idem: ibidem).

4. Os dois corpos do operário. Regimes de fábrica e civilidade fabril, ou um novo «casamento de conveniência» para o capitalismo

Na fábrica, visa-se um «poder infinitesimal sobre o corpo activo», o controle da «economia, a eficácia dos movimentos, a sua organização interna» e «uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da actividade mais que sobre o seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadriha ao máximo o tempo, o espaço, os movimento» (Foucault 1999: 118). Este «modo de investimento político e detalhado do corpo» procura fabricar «corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”» (Idem: 120) às rotinas e às definições que lhe são prescritas pelas autoridades sob o argumento da eficiência e da racionalidade. Os esquemas de uso e de representação do corpo, eles próprios incarnados, traduzem diferentes relações com o corpo em trabalho e com o trabalho do corpo, com o modo de fazer e o trabalho a ser feito, de acordo com a posição ocupada no espaço social. Tanto que as lutas pela imposição das normas de percepção e de apreciação do corpo não se reduzem a lutas interpessoais, a simples questões de «gosto», de «jeito» (ou «mal-jeito»), de «pranta» (ou falta dela) ou até de «hábito» (no sentido de costume). A «definição do corpo legítimo» é uma parada de luta entre as classes: «trabalhar para impor ou defender um sistema particular de categorias sociais de percepção e de apreciação da identidade individual é sempre esforçar-se para fazer reconhecer a legitimidade das características distintivas das quais nós somos portadores enquanto indivíduo ou enquanto membro de um grupo e do estilo de vida no qual elas se inserem» (Bourdieu 1978: 53). À relação dóxica com o corpo próprio dos operários contrapõe-se a prescrição «metafisiológica» e «impessoal» do corpo regulamentado e racionalizado elaborada por um grupo de especialistas (cf. Kantorowicz 1981: 387). Este trabalho de redefinição do corpo, de elaboração e determinação de posturas, práticas e formas de auto-apresentação «racionalizadas», beneficia de condições de auto-validação favoráveis proporcionadas por um discurso de autoridade que tem a seu favor o estado das relações de força vigentes.



A introdução de equipamentos de segurança corresponde a uma determinada concepção gestionária de como deve apresentar-se, postar-se e comportar-se, o operário na fábrica – para além de um desejo, que podemos crer sincero e bem-intencionado, de melhorar a qualidade das condições de trabalho. A imposição junto dos operários de maneiras de fazer e de apresentar o corpo, junto daqueles que é «um dos últimos refúgios da autonomia das classes dominadas, o da sua capacidade de produzirem elas próprias a sua própria representação do homem acabado», «ameaça as condições específicas de reprodução e a sua própria existência enquanto classe capaz de definir ela própria os princípios da sua identidade» (Bourdieu 1978: 53). «"Eu é que sei! Alguém manda em mim?"», diz Jonas como se respondesse à sugestão da Engenheira para colocar os auriculares, mas já depois de ela se ter afastado. Entretanto, guarda-os como estão, embalados, numa gaveta.» (nota de campo de 7 de Março de 2007). O uso do equipamento de segurança importa para a fábrica uma nova definição do corpo e dos usos do corpo que ameaça, descaracteriza e ofende as representações e práticas somáticas tidas por legítimas e «naturais» pelos operários. A virilidade e a virtuosidade encontram no corpo um índice físico e outro moral imbricados; talvez aqueles que são mais imunes às arbitrariedades sociais de distribuição dos capitais económicos e culturais. A demonstração de valor enquanto homem e artista parece então depender unicamente de princípios de visão e de divisão que a desigualdade de poder não pode subverter, como o «cabedal», a coragem, o «jeito», a «pranta», a «palavra». Por isso, o equipamento de segurança é «mal-jeitoso», é um «atrapalho», «não cai bem nas mãos»; os trabalhadores «não se ajeitam». Impõem uma nova relação com o corpo e com os outros, constringendo os movimentos (o «gesto singelo» e a «mão livre» tornam-se impossibilidades) e isolam o trabalhador na execução da sua tarefa - não ouvem ruído, mas não ouvem os colegas; não aspiram pó, mas também não falam.

Criam um corpo transgressivo, travestido («fazer figura de palhaço»), para o qual são invocadas reacções viscerais de aversão e formas irónicas e auto-derrisórias de denúncia. Os «determinismos sociais não informam jamais o corpo de maneira imediata, através de uma acção que se exerceria directamente sobre a ordem biológica, sem a mediação da ordem cultural que os retraduz e os transforma em regras, em obrigações, em proibições, em repulsas ou desejos, em gostos e aversões» (Boltanski 2004: 108). Os trabalhadores alegam começar a «suar», a sentir-se «mal-dispostos, «confusos». Se estão disponíveis e «ninguém usa, é porque não gosta», «não liga». O equipamento de segurança «mete aflição», «não me habituou aquilo», «não me sinto bem com aquilo», «faz-me confusão», distorce a percepção do tempo e do espaço («parece que não tenho noção das coisas», «é esquisita a sensação») e contradiz o senso prático incorporado ao longo da trajectória pessoal («fui habituado assim, estou habituado assim e não gosto de trabalhar com aquilo», «não me perguntes porque eu não gosto...»). «Para mim mete-me obstáculo, não gosto.» Nem se inscreve no horizonte de relevâncias dos operários - «uma coisa que não tem razão nenhuma», «isso não faz parte do trabalho». Parcialmente desestruturado, o mundo da vida na fábrica não fornece mais a realidade inquestionada que constitui «o substrato a todas as perguntas e afirmações» (Wittgenstein 1998: 57). Abalando as «dobradiças em volta das quais as dúvidas giram» (Idem: 99), as transformações económicas projectadas sobre o espaço social e físico da fábrica obrigam a uma revisão ou reconversão de certezas implícitas e pré-reflexivas, doravante tornadas problemáticas e implausíveis (cf. Suaud 1982; Pialoux 1992; Pialoux 2004).

«O que é que eu hei-de fazer, eu ando, sim senhor, posso andar de manhã mas de tarde já não ando porque já me cria problemas... Porque é assim, eu meto nos ouvidos e depois começa parece a zenir lá dentro, percebes? Chega a um ponto que eu tenho que os tirar fora.» (Amós, 36 anos, marceneiro)

«É bom, é bom porque não se ouve tanto o ruído, mas aquece muito as orelhas e depois tem outra coisa que eu quando tenho que me deslocar daqui ali adiante, eu se for com os auscultadores ao andar parece que tenho aqui uma marreta a bater aqui nos ouvidos pum-pum-pum e então eu tiro-os fora, e esquece-me outra vez de os pôr... É mais uma razão de eu ter aprendido a arte que aprendi, da minha formação profissional, de tantos anos a trabalhar a ouvir o barulho das máquinas, sem condições de trabalho, que eu



tenho - vou falar do tempo que tenho da arte - eu tenho vinte oito anos ou vinte e nove a trabalhar sem condições de trabalho, ir para uma fábrica onde tem as condições todas, primeiro que me vá habituar vai demorar, não é? Entrei bem, tudo bem e o ambiente, dei-me bem lá dentro, mas usar o equipamento de segurança é um bocado complicado porque mete-me aflição, por isso, é que eu não uso muito. Não me habituo muito àquilo...» (Zacarias, 44 anos, maquinista)

«Não gosto de trabalhar com aquilo. Não gosto, acho que faz-me confusão, porque eu gosto de ouvir as máquinas a trabalhar parece que tem outra coisa... [Quando] eu estou com aquilo nos ouvidos não me sinto bem com aquilo, por exemplo, eu estou a trabalhar com a lixadeira e gosto de ouvir a lixadeira a trabalhar ou ouvir o zum-zum das máquinas e com aquilo não ouço, parece que não tenho noção das coisas e eu gosto de ter noção das coisas, gosto de ouvir as coisas a trabalhar.» (Oseias, 32 anos, marceneiro)

Reforçam divisões de poder pré-existentes: os encarregados, por exemplo, não são «obrigados» a usar a «roupa da firma» e acentuam a separação entre aqueles que pensam e aqueles que executam («não fomos tidos, nem achados», «não falam com a gente pa nada», «aparece os engenheiros e eles não percebem nada daquilo, são arrogantes, a maior parte deles são arrogantes, por ter um título»). Os «engenheiros» ocupam um lugar inédito na estrutura hierárquica de onde dirigem a concepção e implementação dos dispositivos de controlo da produção e monitorizam o processo de trabalho. Na disputa do monopólio de «definição de si mesmo» geram-se «conflitos de interpretações» (Goffman 1983: 232) sobre o modo de estar e de fazer o trabalho. Se isto provoca a intensificação do trabalho de «deculturação» e «aculturação» sobre os trabalhadores (Idem: p367-374), por outro lado, suscita o desenvolvimento de «técnicas de distanciação» relativamente à «ideologia oficial» pelos quais os operários vêm a «recusar a concepção do mundo e deles mesmos com a qual é suposto eles identificarem-se» (Idem: 357). Implicam uma nova relação com a materialidade e representações do trabalho que choca com as categorias ordinárias do entendimento operário. Os equipamentos de segurança são outros tantos «dispositivos de gestão da palavra dos assalariados», dos seus «gestos e posturas» (Boutet 1998: 157), cujas prescrições arrastam consigo o «não reconhecimento» e a «deslegitimação» (Idem: 159) das expressões da pequena cultura da fábrica. Não é estranho, então, que surja uma espécie de perplexidade perante a gradual obsolescência do saber operário (tanto mais forte em agentes sociais que não dispõem de recursos alternativos que possam compensar esta transformação) e a paulatina superfluidade do corpo («já são as máquinas que trabalham mais, já não se trabalha tanto com o corpo») «"Eu até pergunto: "Mas para quê é que eu andei a aprender tantas coisas?"»». Na fábrica, metamorfoseada na forma de questões técnicas e legais, é ainda «através dos seus corpos que os grupos se consideram, se julgam e se afrontam» (Chevalier 2002: 519). Selvagens e violentos, resistentes à mudança, ignorantes e dignos de dó - é nesses termos que é comumente considerada a implementação dos equipamentos de segurança, e especial a inexplicável resistência à sua adopção.

As tentativas de alterar o «comportamento e a sensibilidade» operárias apontam no sentido de fundarem «um sistema de autocontrolo automático» (Elias 1990: 190). A «pacificação» do espaço social fabril implica a «circunscrição» do uso da violência e a sua substituição pela «autocooção» que o agente exerce sobre si mesmo, a partir de «dentro». O que leva a que, em caso de impotência ou incumprimento deliberado dos procedimentos gestionários, é o próprio operário que se sente «inferior», fraco ou incapaz (Idem: 234). «Isto não pode ser uma balda», «Não é cada um fazer o que lhe apetece», «As pessoas têm todas de colaborar para ajudar a empresa». A «curialização dos guerreiros» passa pelo «refreamento das pulsões» e pela demarcação de uma «zona do permitido» que traz consigo um permanente «medo de degradação social» (Idem: 209). Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de um processo de domesticação da incontínência e da volubilidade operárias (acabar com os «vícios» e com a «balbúrdia»), e em segundo lugar, da eufemização e denegação do carácter violento e coercivo das políticas de enquadramento, cujas interpretações passam a ser «racionalizadas» e «psicologizadas» pelos operários em termos de incapacidade pessoal ou de fatalismo («eu não me ajeito», «eu não percebo» ou «temos de mudar», «não é como antigamente», «não se adaptam», «não encacam na cabeça», «são teimosos, querem fazer sempre há maneira deles»).



A transição para um «regime de fábrica» emergente é um processo conflitual. Também aqui o «ónus da transição recai sobre a totalidade de uma cultura» (Thompson 1985: 129) «Os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida» (Gramsci 1975: 167). A «coerção» combina-se com a «persuasão recíproca» e a «convicção individualmente proposta e acertada», quer dizer, com a «autodisciplina», para criarem um «novo tipo de trabalhador e de homem» (Idem: 164), num processo que é marcado pela conjuntura das relações de força no espaço social da fábrica. O «regime de fábrica» emergente procura definir uma cartografia autorizada das coisas e das pessoas. Das idas à casa de banho ao «andar a coçá-los» tenta exaurir-se o desperdício em tempo não directamente produtivo, fixando o trabalhador à máquina ou ao banco. Pouco tempo depois de sair da empresa, a gerência adoptou aquilo que ela própria intitulou de «método japonês»: acabada a tarefa, ninguém tinha autorização de «ir procurar o encarregado» para lhe «pedir obra», devendo ficar à espera que lhe dessem trabalho mediante a entrega de notas escritas. Procura controlar as interações dos trabalhadores, prescrevendo-lhe lugares apropriados e limitando-os aos momentos autorizados. Sancionar os «ajuntamentos» e a «risota» ilegítimos – são frequentes as multas por «estar a rir» e as chamadas de atenção a alguém que canta ou assobia.

A dificuldade de implementação do equipamento de segurança explica-se, em parte, por uma tentativa de resistência operária à política de desmemorialização que representa a assepsia de corpos e do espaço fabril, e deve ser incluída como táctica de afirmação própria do processo de adaptação «pré-políticos» à economia capitalista moderna (Hobsbawm 1983: 11, 21). As «memórias do corpo» (Verret 1984: 416) constituem uma dimensão fundamental das formas culturais operárias. A fragilidade da «hereditariedade» intergeracional da condição social, da «patrimonialidade económica» e da capacidade de «entesouramento cultural» do grupo operária tornam-no «memorialmente desfavorecido» (Idem: 415). Sem disporem de um uso alargado do «conservatório do espaço», resta-lhes o «reservatório do corpo». Uma sociologia da condição operária deverá portanto ater-se a essas «práticas de incorporação» reiteradas que constituem a espessura do quotidiano fabril e nas quais e pelas quais é no corpo que se constitui e se reconstitui a memória do ofício e do grupo (Connerton 1998: 83). São muito mais os «hábitos de muitos anos», as maneiras de fazer «como deve ser» e as categorias de percepção do «trabalho bem feito», quer dizer, o fechamento em torno a uma «auto-imagem» cristalizada em torno ao código da «arte» e a «fossilização da (...) estrutura de personalidade» como forma de tentar preservar as condições sociais de produção da grandeza viril e artística anteriores às novas estratégias gestionárias (Elias 1994: 173), do que a indolência e a ignorância a explicarem a «teimosia» operária. Os próprios operários estão receptivos a aceitar as explicações heterónomas que lhes são reenviadas pelos «engenheiros» relativamente à sua suposta incapacidade em adoptar estas «novas maneiras». A articulação de «novos hábitos de trabalho», de uma «nova disciplina do tempo» e do corpo, e de uma nova «moralidade» pessoal com as transformações contemporâneas do capitalismo constitui as segundas núpcias de um «casamento de conveniência» (Thompson 1985: 139).

5. Adenda. Um epílogo que devia ser um prólogo

Combinam-se novas e velhas formas de precariedade associadas à condição operária. A transitoriedade do próprio estatuto de assalariamento, ainda que com frequência unicamente na representação que, para si, dele faziam os agentes; a informalidade das remunerações e dos vínculos contratuais; uma relação com o Estado puramente clientelar em detrimento de uma forte inclinação a socorrer-se das densas redes de interconhecimento (incentivada por uma desmobilização na participação política e por um cepticismo em relação às formas institucionais de solidariedade e a que não são alheias as lógicas de relegação e remissão das classes populares que as instâncias estatais concretizam e o carácter aparentemente irrisório das prestações sociais do Estado); todos eles são traços típicos de um proletariado *rusticano*. O «fordismo» não é, nem nunca foi, mais do que uma palavra para trabalhadores, como estes, colocados numa «posição dominada, instável e periférica no mercado de trabalho» (Queiroz 2000: 32). A flexibilização das relações contratuais em novos moldes (obedecendo a uma estratégia empresarial planificada); a integração económica dinamizadora de níveis elevados de competitividade no mercado; a intensificação dos ritmos de



trabalho; a criação de novas exigências ao nível das competências e das próprias tarefas (trazidas pela nova tecnologia e procedimentos de trabalho e pelas novas formas de gestão da empresa) - sem contrapartidas palpáveis e imediatas para os trabalhadores -; a ameaça latente do desemprego e de uma «morte social» quase certa para agentes que se revelem incapazes ou impossibilitados de se adaptarem ao novo regime de fábrica; a inversão que o endividamento materializa, tornando os «sonhos» operários («casa, carro e dinheiro para gastar») em «dores de barriga» e «consumições»; todos estes acrescentam-se a outros factores persistentes da precariedade da condição operária para complexificarem a «imagem do mundo» destes trabalhadores. Fora deste encastramento social, muito do que dissemos sobre a resistência ao equipamento de segurança (e sobre a incompletude das teses da ignorância e da incompetência operárias) perde muita da sua legibilidade.

Bibliografia

- BAKHTINE, Mikhail (1970) – *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au moyen age et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard. ISBN 2-07-023404-5.
- BOLTANSKI, Luc (2004) – *As classes sociais e o corpo*, São Paulo, Paz e Terra, 4.^a edição. ISBN 85-7038-067-4
- BOURDIEU, Pierre (1978) – *Remarques provisoires sur la perception sociale du corps*, Actes de Recherche en Sciences Sociales, 14, pp.51-54.
- BOURDIEU, Pierre (1980) – *Le sens pratique*, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN 2-7073-0298-8
- BOURDIEU, Pierre (2002) – *Le sous-proletaires algériens*, Agone, 26-27, pp.203-223.
- BOURDIEU, Pierre (2003) – *Méditations pascaliens*, Paris, Éditions du Seuil. ISBN 2-02-032002-9
- BOURDIEU, Pierre (2004) – *A formação do habitus económico*, Sociologia, 14, pp.9-34.
- BOUTET, Josianne (1998) – *Quand le travail rationalise le langage*, Jacques Kergoat et al (dir.), "Le monde du travail", Paris, Editions La Decouverte, pp.153-164. ISBN 2-7071-2886-4.
- CHEVALIER, Louis (2002) – *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Editions Perrin. ISBN 2-262-01937-1.
- CONNERTON, Paul (1998) – *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 2.^a edição. ISBN 972-774-020-0
- CORBIN, Alain (1991) – *Le temps, le désir et l'horreur*, Paris, Aubier. ISBN 2-7007-2233-7
- DODIER, Nicolas (1986) – *Corps fragiles*, Revue Française de Sociologie, 27(4), pp.603-628.
- DOUGLAS, Mary (1982) – *Natural symbols*, New York, Pantheon.
- ELIAS, Norbert (1990) – *O processo civilizacional*, 2.^o volume, Lisboa, Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-0815-3



- ELIAS, Norbert (1994) – *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores. ISBN 85-7110-278-3
- FINLEY, Moses (1988) – *O mundo de Ulisses*, Lisboa, Editorial Presença, 3.^a edição.
- FOUCAULT, Michel (1999) – *Vigiar e punir*, Petrópolis, Editorial Vozes, 20.^a edição. ISBN 85-326-0508-7
- GERTH, Hans e MILLS, Charles W. (1984) – *Caracter y estructura social*, Barcelona, Ediciones Paidós. ISBN 85-7509-318-3
- GOFFMAN, Erving (1963) – *Asiles*, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN 2-7073-0083-7
- GRAMSCI, Antonio (1975) – *Obras escolhidas*, 2.^o volume, Lisboa, Editorial Estampa.
- HOBBSBAWN, Eric (1983) – *Rebeldes primitivos*, Barcelona, Editorial Ariel. ISBN 84-344-1005-2
- KANTOROWICZ, Ernst (1981) – *The king's two bodies*, Princeton, Princeton University Press, ISBN 0-691-07120-9
- LOPES, J. Sérgio Leite (1976) – *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar.*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, Karl (1990) – *O Capital*, Livro I, tomo 1, Lisboa, Editorial Avante!. ISBN 972-550-23-X
- MARX, Karl (1992) – *O Capital*, Livro I, tomo 2, Lisboa, Editorial Avante!. ISBN 972-550-195-0
- MARX, Karl (1994) – *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*, Lisboa, Editorial Avante!. ISBN 972-550-226-4
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945) – *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard.
- PIALOUX, Michel (1992) – *Alcool et politique dans l'atelier. Une usine de carrosserie dans la decennie 1980*, Géneses, 7(1), pp.94-128.
- PIALOUX, Michel (2004) – *Le vieil ouvrier et la nouvelle usine*, P. Bourdieu (coord.), "La misère du monde", Paris, Éditions du Seuil. ISBN 2-02-019674-3
- QUEIROZ, Cidália (2000) – *Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa*, Sociologia, 10, pp.19-55,
- SAUVADET, Thomas (2006) – *Les jeunes «de la cité»: comment forment-ils un groupe? Une analyse comparative entre trois terrains*, Sócio-logos, n.º1, consultado em linha (<http://socio-logos.revues.org/document55.html>) a 20 de Agosto de 2007.
- SUAUD, Charles (1982) – *Conversions religieuses et reconversions économiques*, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 44(1), pp.72-94.
- THOMPSON, Edward P. (1985) – *O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*, S. Grácio et al, "Sociologia da educação", 1.^o volume, Lisboa, Livros Horizonte, pp.107-158.



TURNER, Victor (1977) – *Sacrifice as quintessential process – prophylaxis or abandonment?*, History of Religions, 16(3), pp.189-215.

VERRET, Michel (1984) – *Mémoire ouvrière, mémoire communiste*, Revue Française de Science Politique, 34(3), pp.413-427.

WACQUANT, Loic (1998) – *The prizefighter`s three bodies*, Ethnos, 63(3), pp.325-352.

WACQUANT, Loic (2001) – *Whores, slaves and stallions: languages of exploitation and accommodation among boxers*, Body and Society, 23, pp.181-194.

WACQUANT, Loic (2002) – *Alma e corpo – notas etnográficas de um aprendiz de boxe*, Rio de Janeiro, Relume Dumará. ISBN 85-7316-281-3

WITTGENSTEIN, Ludwig (1998) – *Da certeza*, Lisboa, Edições 70.